Lei n.º 1.384

Aprova o Loteamento “José Borges Resende”.

A Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica aprovado o Loteamento “José Borges Resende”, de propriedade do Sr. Francisco Amâncio Costa, cuja planta e Memorial Descritivo foram apresentadas à Prefeitura Municipal em 11/06/96, observando a Lei n.º 811 de 26/04/81.

Parágrafo Único- Fica proibida a construção de quaisquer benfeitorias na continuação da Rua Bueno de Paiva, até a ligação com a Rua Antônio Pires do Prado, ficando ainda prevista a abertura da Rua Bueno de Paiva, quando do Loteamento da área remanescente I.

Art.2º- Ficam os proprietários do Loteamento mencionado nesta Lei responsáveis pelas obras de meios-fios, sarjetas de concreto, energia elétrica, rede de água e esgoto, que deverão ser realizadas no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da promulgação desta Lei.

Parágrafo 1º- O proprietário do Loteamento ficará obrigado a assinar termo de caução com a Prefeitura Municipal, vinculando parte do terreno como forma de garantir a execução de infraestrutura, mencionada no art.2º desta Lei.

Parágrafo 2º- Os terrenos consignados em caução pelo proprietário do Loteamento, não poderão ter valor inferior ao orçamento para as obras de infra-estrutura no Loteamento, devendo a Prefeitura Municipal realizar avaliação prévia, para compatibilização dos valores.

Parágrafo 3º- Fica o Executivo Municipal obrigado a encaminhar à Câmara Municipal, até quinze dias após o registro do termo de caução no Cartório de Registro de Notas e documentos, cópias do Termo de Caução, da avaliação dos terrenos e orçamento das obras de infra-estrutura do Loteamento.

Art.3º- Os lotes de propriedade do Loteador, quando ainda não vendidos, durante o prazo de 10 (dez) anos pagarão os impostos de acordo com os dispositivos legais relativos a Loteamentos; a partir desse prazo, pagarão os impostos normais previstos na Lei Tributária local como se fossem transferidos.

Art.4º- Os lotes quando transferidos para compradores ficarão sujeitos aos impostos normais previstos pelo Código Tributário Municipal.

Art.5º- A partir do depósito do memorial da planta e inscrição no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca os espaços livres, ruas, áreas verdes, passarão a categoria de bens de uso comum do povo.

Parágrafo Único- As despesas decorrentes da transferências de áreas para o Patrimônio Público Municipal, correrão por conta do Município.

Art.6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeira de Minas, 23 de agosto de 1996

Gilberto Nogueira Cellet
Prefeito Municipal.